



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **1500037-10.2018.8.26.0555 - 2018/002064**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado**
 Documento de Origem: **CF, CF, BO, CF, BO - 2039459/2018 - 03º D.P. SÃO CARLOS, 1338177 - 03º D.P. SÃO CARLOS, 1971/18/514 - 03º D.P. SÃO CARLOS, 2039459 - 03º D.P. SÃO CARLOS, 1971/18/514 - 03º D.P. SÃO CARLOS**
 Réu: **JOSE DOMINGOS JESUS LOPES**
 Data da Audiência: **30/11/2018**

Réu Preso
 Justiça Gratuita

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **JOSE DOMINGOS JESUS LOPES**, realizada no dia 30 de novembro de 2018, sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, devidamente escoltado, acompanhado da Defensora Pública **DRA. AMANDA GRAZIELLI CASSIANO DIAZ**. Iniciados os trabalhos, questionada a escolta acerca da necessidade da manutenção da algema, esta afirmou que não poderia garantir a segurança do ato processual, do próprio imputado e de todos os presentes, por sua insuficiência numérica. Diante disso, e cabendo ao Juiz Presidente regular os trabalhos em audiência, foi determinada a manutenção das algemas como a única forma de se resguardar a integridade dos presentes e, principalmente, do próprio imputado, nos termos da Súmula Vinculante nº 11, do STF. Após, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foram inquiridas a vítima **APARECIDO DE OLIVEIRA PINTO** e as testemunhas **BRUNO JESUS LOPES (nome social: GISELE)** e **ISRAEL FABIO CORDEIRO**. Por fim, foi realizado o interrogatório do acusado (*Depoimentos registrados por meio audiovisual, de acordo com o previsto no artigo 405, § 1º do Código de Processo Penal, tendo sido juntados aos autos em consonância com os artigos 150 e 1.270 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). Após, não havendo outras provas a serem produzidas (artigo 402 do CPP), o MM Juiz



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

determinou que se passasse aos debates orais (artigo 403 do CPP), os quais foram realizados em mídia digital (*Conteúdo captado pelo registro audiovisual, tendo sido juntado aos autos de acordo com o artigo 150 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. JOSE DOMINGOS JESUS LOPES**, qualificado, foi denunciado como incurso no artigo 155, caput, do Código Penal. O réu foi citado e ofereceu resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a procedência nos termos da denúncia, com fixação de pena no mínimo legal, e regime inicial diverso do aberto. A defesa requereu o decreto absolutório ou, subsidiariamente, fixação da pena mínima, regime inicial diverso do fechado. **É o relatório. DECIDO.** O acusado admitiu que apoderou-se da lixadeira da vítima, todavia alegou que tinha a intenção de usá-la; que a tomou sem pedir autorização porque se pedisse não iriam autorizar. Logo, praticou furto. Trata-se de confissão. Eventual intenção de não restituir o bem – aliás, intenção essa, não demonstrada – fica totalmente afastada porque, conforme declarou o policial o réu foi detido portando a lixadeira escondida sob a blusa e ao ser detido, nada disse sobre pretender restituir o bem após o uso. A vítima e a parente Gisele disseram que de fato houve furto. Esta última declarou que o réu tem dependência de drogas e pratica furtos para sustentar o seu vício. Assim, procede a acusação. Passo a fixar a pena. Considerando o antecedente certificado à fls. 84, fixo a pena base em 01 ano e 02 meses de reclusão, e 11 dias-multa. Considerando a reincidência, conforme certidão de fls. 85, aumento a pena de 1/6, perfazendo o total de 01 ano, 04 meses e 10 dias de reclusão e 12 dias-multa. Apesar do mau antecedente e da reincidência, o regime fechado se mostra excessivamente severo, tendo em vista que a subtração ocorreu em ambiente doméstico, não houve prejuízo para a vítima graças à intervenção policial e o valor do bem não é superior a um salário-mínimo. Assim, estabeleço o regime semiaberto para o início de cumprimento de pena. Considerando o tempo de prisão cautelar já cumprido, com base no artigo 387, §2º, do CPP, promovo a adequação do regime prisional para o aberto. O réu não faz jus a nenhum outro benefício. Fixo o valor do dia multa no mínimo legal. **Em razão do regime fixado, revogo a prisão preventiva, expedindo-se alvará de soltura.** Ante o exposto, julgo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

procedente o pedido contido na denúncia condenando-se o réu **JOSE DOMINGOS JESUS LOPES** à pena de 01 ano, 04 meses e 10 dias de reclusão em regime aberto e 12 dias-multa, por infração ao artigo 155, caput, do Código Penal. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. **Pelo acusado foi manifestado o desejo de não recorrer da presente decisão.** Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: **CLAUDIO DO PRADO AMARAL**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Promotor:

Acusado:

Defensora Pública: